



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Prof. Paulo Bernardo, que irá discorrer sobre a proposta de lei orçamentária para 2008 e sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011.

Além do Ministro, fazem parte da Mesa o Relator do Plano Plurianual 2008/2011, Deputado Vignatti; o Relator-Geral da proposta orçamentária para 2008, Deputado José Pimentel; o Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles; e o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. João Bernardo Bringel.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita no curso da exposição.

Conforme estipulado no art. 398, X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que, a partir desse momento, a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Bom dia, Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão. Cumprimento também os Deputado Vignatti e José Pimentel, Relatores do PPA e da proposta de lei orçamentária; o Senador Dornelles, que foi o Relator do Orçamento na parte da Receita. Fiquei satisfeito, Senador, por seu relatório ter sido aprovado ontem. Está aqui o Secretário Executivo do Ministério. Quero cumprimentar os senhores e as senhoras Parlamentares desta Comissão e dizer que fico satisfeito de estar novamente aqui para debater com os senhores sobre o Plano Plurianual e a proposta de lei orçamentária para 2008.

Nós preparamos uma exposição, Sr. Presidente, que, tanto quanto possível, será breve. Vou tentar usar menos tempo do que os 30 minutos que V.Exa. me concedeu. Queria começar falando um pouco do contexto macroeconômico em que nos encontramos.

Eu acho que todos nós concordamos que o Brasil vive um momento especialmente positivo quando olhamos o quadro macroeconômico do País. O Brasil amargou um longo período sem crescimento econômico vigoroso, com grandes dificuldades para o combate ao processo inflacionário, o que desarranjou nosso sistema econômico.

Nos últimos anos, no sentido mais amplo, com o trabalho realizado no Governo passado e no primeiro Governo do Presidente Lula, conseguimos finalmente controlar a inflação. Tudo indica que não teremos grandes pressões inflacionárias nos próximos períodos. Já temos o mais longo ciclo de crescimento sustentável, com transformações fundamentais em áreas-chave da economia.

O Brasil, hoje, recebe forte investimento privado; as contas externas estão muito robustas; nosso emprego formal tem aumentado. Este ano, até o mês passado, a geração foi de 1 milhão e 600 mil empregos com carteira assinada; a renda das famílias tem aumentado. Só no ano passado, tivemos, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, um aumento real de 7.2% na renda das famílias. O mais importante é que as famílias mais pobres tiveram um aumento ainda maior do que a média; estamos com reservas maiores do que a nossa dívida pública. Portanto, somos credores, do ponto de vista externo. Temos, portanto, uma economia muito mais resistente a turbulências.

Estamos crescendo. A inflação e as expectativas de inflação estão sob controle, o Risco Brasil caiu, e temos possibilidade de receber *investment grade*. Os analistas se dividem sobre qual será o prazo, o tempo para que isso aconteça, mas todos concordam que estamos perto desse acontecimento. Com o aumento dos investimentos externos diretos, as nossas empresas têm ocupado um espaço cada vez maior. Portanto, temos uma política fiscal sólida, com credibilidade monetária e um contexto favorável, que permite formalizar e quantificar a política fiscal e o PPA, no período de 2008 e 2011.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Do ponto de vista fiscal, os parâmetros que estimamos, no início deste ano, e que depois foram reafirmados na proposta de LDO, que já virou lei, aprovada por este Congresso, os parâmetros com ligeiras revisões foram mandados com pressupostos das leis orçamentárias e do PPA. São esses que estamos mostrando aí. Portanto, não há grande novidade. A nossa expectativa de crescimento é de 5% ao ano, nos próximos 3 anos. A perspectiva de inflação não ultrapassará a meta de 4.5%, sendo que para este ano e o ano que vem devemos ficar na casa de 3.70%. Para o ano que vem, a inflação está avaliada em 4%.

O câmbio. Com essa avaliação que estamos mostrando no quadro, temos previsão da Taxa SELIC continuar diminuindo nos próximos anos. Salário mínimo. Temos a perspectiva de aprovar o projeto de lei que está no Congresso, portanto, uma política de valorização continuada do salário mínimo, em termos reais, nos próximos anos.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos uma apresentação que mostra nossa perspectiva de receitas e despesas e a necessidade de financiamento do Governo central. Se os senhores observarem, temos ainda a meta fiscal para os próximos anos de 2.20% do PIB — isso, só para o Governo central —, que é compatível com o objetivo de termos, no setor público como um todo, 3.80% de superávit. As despesas estão detalhadas aqui — se ainda não foram distribuídas, proximamente serão.

Outro quadro é a perspectiva de evolução nas contas do INSS, o Regime Geral de Previdência Social. O expectativa, hoje, é bem menos do que tínhamos, por exemplo, no início do ano passado, mesmo no final do ano passado, de redução do déficit nos próximos anos. Isso por conta do aumento da mão-de-obra contratada formalmente, portanto, acarretando uma arrecadação maior.

Dando continuidade, temos uma boa perspectiva de resultado das contas da Previdência Social. Temos aí o quadro com a evolução dos gastos de pessoal, encargos sociais. Segundo o conceito de competência, temos um percentual do PIB ainda menor do que nos anos 90, particularmente em 1995, nos últimos anos do pico. Estamos na faixa de 4.76% do PIB com as despesas de pessoal, e temos uma evolução que acredito positiva. Relativo a essa evolução, estamos partindo do pressuposto que vamos aprovar o projeto de lei complementar que limita o crescimento dos gastos de pessoal.

Falando a respeito do PPA, quero me concentrar principalmente em 3 agendas, as quais chamamos de agendas estruturantes: o Plano de Desenvolvimento da Educação; a Agenda Social, que foi revista e consolidada pelo Governo; e o PAC — Programa de Aceleração do Crescimento. Temos aí alguns dos programas dos eixos principais do PDE — Programa de Desenvolvimento da Educação.

Para a educação básica, a previsão é de 32 bilhões para o próximo período de 4 anos; para alfabetização e educação continuada, mais 3 bilhões; para o ensino profissional e tecnológico, 6 bilhões; e ensino superior, 20 bilhões. Portanto, totaliza um volume de 61 bilhões. Aí não estão incluídas as despesas com pessoal e o FUNDEB. São apenas algumas das rubricas.

Na agenda social, destacaríamos o Programa Bolsa Família, que terá disponível 44 bilhões, com 11 milhões de famílias incluídas; a Política Nacional de Juventude, com 7 bilhões, na perspectiva de beneficiar 6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos; e para crianças e adolescentes, mais 700 milhões; programas que promovem igualdade de raça, mais 400 milhões, com 482 comunidades incluídas; programas que promovem a igualdade de gênero, 100 milhões; programas voltados para os povos indígenas, 3 milhões, com perspectiva de atendimento de benefício de 470 mil índios.

Ainda na agenda social, 22 milhões serão destinados ao Programa de Apoio Rural, incluindo o Grupo Território e Cidadania, com perspectiva de atuação em 1.848 municípios, beneficiando 900.000 famílias com projetos de assentamento; 2 milhões e 400 mil contratos de agricultura familiar, até 2011 — V.Exas. sabem que a agricultura familiar tem crescido em número de atendimentos a cada ano —, e 22 milhões e 400 milhões de famílias, também de assistência técnica e extensão rural. Isso para 2011, que seria o último ano — está me lembrando o Relator, Deputado Vignatti, que são novidades a extensão rural e a assistência técnica para as famílias do PRONAF —; para a área de cultura, mais 1 bilhão para vários programas que foram reforçados, pontos de cultura, espaços culturais modernizados, e 5.500 novas bibliotecas instaladas; para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, 6 bilhões. Portanto, eram esses os programas que queríamos destacar.

Em grandes números, esse gráfico mostra os dispêndios em infra-estrutura, com destaque principalmente para as áreas de energia e transporte e também para programas de urbanismo, em apoio aos municípios, comunicações, num total de 389 bilhões de reais.

Com relação à proposta orçamentária, temos um gráfico que mostra a visão geral das despesas. Vejam aí o destaque com a área de benefícios previdenciários e assistenciais, pessoal. As transferências para Estados e municípios significam praticamente 8,5% do total das despesas.

Aí vemos todos os elementos de despesas relacionados.

Chamo a atenção para o fato de que temos para as despesas discricionárias, aquelas que, digamos assim, o Governo ainda tem alguma liberdade de aplicação, aproximadamente 9,6% do total das nossas despesas. E podem ser desmembradas na forma como está mostrado no gráfico, em que a área de saúde fica com 34%; educação, com 10,3%; as políticas de combate à fome, com 10,8%; ciência e tecnologia, com 3,2%; e as demais despesas dos outros Ministérios com 41%.

Com relação ao PAC fizemos este quadro apenas para ilustrar o que temos por área este ano, que são R\$15.765.000.000,00 divididos em infra-estrutura logística, infra-estrutura social e urbano e para os demais setores. Para o próximo ano, as mesmas programações, com R\$18.000.000.000,00 em 2008 para as rubricas do PAC. Isso refere-se apenas ao orçamento da Seguridade e orçamento fiscal.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No caso das estatais, temos para este ano já demarcado R\$18.000.000.000,00. Para o próximo ano R\$27.000.000.000,00 bilhões entre ELETROBRÁS, PETROBRAS, DOCAS e INFRAERO.

Chamo a atenção de todos para os programas de educação. Na verdade, tivemos para 2008 um acréscimo de R\$3.768.000.000,00 em relação a este ano. Portanto, o orçamento da educação vai chegar a R\$12.700.000.000,00, sem computar os gastos com pessoal, naturalmente. O valor mencionado está dividido entre alfabetização, educação básica, educação profissional e ensino superior.

O FUNDEB, que não estava incluído naquela conta, terá para este ano uma reprogramação de R\$2.006.000.000,00 e, no próximo ano, irá para R\$3.137.000.000,00.

Para a área de saúde destinaremos, no próximo ano, a aplicação mínima prevista de R\$47.000.800,00. Tirando as despesas de pessoal, o valor cai para R\$42.000.000.000,00. Não preciso dizer que há debate por parte do Congresso Nacional sobre a regulamentação dos gastos de saúde. Falamos sobre o que consta da proposta orçamentária. Portanto, havendo decisão no Congresso Nacional, deveremos fazer uma reprogramação em torno da questão da saúde.

Para a segurança pública, com o PRONACE acrescentamos mais R\$3.150.000.000,00 em números redondos. O PRONACE ficará com R\$1.406.000.000,00 e os outros programas ficarão com R\$1.742.000.000,00 para 2008.

O orçamento da Defesa foi bastante reforçado também. Vejam que vamos ter no próximo ano um orçamento total para a Defesa de R\$10.000.000.000,00 divididos da forma como está mostrado na figura. A Aeronáutica terá R\$3.644.000.000,00, o Exército, R\$2.538.000.000,00, e a Marinha, R\$2.135.000.000,00.

Penso que todos aqui estão acompanhado com interesse essa discussão. Por isso, informo que teremos um debate sobre o reaparelhamento das Forças Armadas, algo que está sendo conduzido pelo Ministério da Defesa. Portanto, estamos destinando esses valores relativamente a 2008. Portanto, nossa expectativa é que isso seja mantido, mas haverá reforço de 2009 em diante, porque vamos fazer a formatação desse programa de reaparelhamento das Forças Armadas.

Chamo a atenção ainda para o Programa Bolsa Família, que irá para R\$10.368.000.000,00 no ano que vem, principalmente porque fizemos um reajuste, 18,25%. Possibilitamos também a inclusão de jovens de 15 a 17 anos no programa. Portanto, serão R\$11.111.000.000,00 famílias incluídas com gastos na ordem de R\$10.368.000,00.

Sr. Presidente, vou evitar me alongar muito, porque muitos Parlamentares vão querer debater essas questões.

Encerro minha exposição e me coloco à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** - Ministro Paulo Bernardo, quero, primeiramente, cumprimentar V.Exa. pela brilhante exposição que acaba de fazer na Comissão de Orçamento. Não é surpresa para nós, estamos acostumado com sua objetividade, com sua visão. Os dados apresentados são extremamente positivos. Da minha parte, quero apenas apresentar meus cumprimentos. Estou certo que teremos hoje um excelente debate com os membros da Comissão de Orçamento.

Parabéns, Ministro.

**O SR. MINSITRO PAULO BERNARDO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Relator do Plano Plurianual para o período 2008/2011, Deputado Vignatti.

**O SR. DEPUTADO VIGNATTI** - Quero cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo; o Sr. João Bernardo Bringel, Secretário Executivo; o Senador Francisco Dornelles, Relator da Receita; o Deputado Paulo Pimenta, Relator da Lei Geral do Orçamento.

Quero saudar o Ministro pela sua exposição, por sua vinda a esta Casa, que sempre é importante na relação da Comissão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pela predisposição de atender os Deputados e esta Comissão em todos os momentos.

Quero dizer que eu e o Deputado José Pimentel tivemos oportunidade de fazer várias audiências regionais e trabalhar o Plano Plurianual e o Orçamento para este ano com os dados e as informações, inclusive com um tempo maior, muitas vezes, detalhados pela sua exposição aqui.

De fato, sentimos um Brasil muito otimista para os próximos anos. Tenho dito inclusive que a Nação poderá viver os melhores 4 anos da nossa história.

Outra coisa importante. Aprovamos ontem, e trabalhamos um pouco o PPA, o relatório preliminar com um dia de antecedência. A partir de amanhã será aberto o prazo para apresentação de emendas ao PPA no Congresso Nacional. Esse prazo será até o dia 30 — ele se encerrava no dia 28, que seria num domingo, por isso foi estendido até o dia 30, que é o prazo para apresentação de emendas pelo Congresso Nacional.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O tempo maior tem que ser das pessoas presentes, que devem querer fazer seus questionamentos, suas ponderações para que o Ministro possa respondê-las.

Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Quero apenas agradecer o Deputado Vignatti as palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Conforme já informado pelo nosso Presidente, Senador José Maranhão, o prazo para exposição e interpelação será de até 5 minutos, sendo assegurado igual tempo para o Ministro responder, facultada a réplica e a tréplica.

Vamos à discussão.

Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Ministro, quero agradecê-lo pela presença nesta audiência pública.

Farei algumas considerações rápidas na seguinte direção: quando a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2008 tramitou nesta Casa, nesta Comissão, no primeiro semestre, conseguimos, num diálogo com V.Exa., uma promessa de que no máximo de um ano de prazo o Congresso Nacional e a sociedade brasileira teriam à sua disposição um sistema de acompanhamento orçamentário e dos gastos efetuados pelas empresas estatais com a implantação do SIEST, que vem a ser o SIAFI das estatais.

No que diz respeito ao planejamento de médio prazo, Sr. Ministro, efetivado por meio da proposta do Plano Plurianual para um período de 4 anos, foram combinados dois instrumentos de adequações: as alterações do plano em si e as suas revisões anuais. Para que isso ocorresse de maneira até mais consistente, um outro instrumento qualitativo de análise foi previsto, que foram as avaliações anuais do PPA 2004/2007. Ocorre, Sr. Ministro, que essas avaliações revelaram-se absolutamente ineficazes e comprometeram inclusive todo o plano. Basta dizer que, nesta Comissão Mista, as revisões anuais tramitaram praticamente despercebidas, ocorrendo inclusive a completa edição do PPA 2004/2007 nos últimos anos de trabalho, abrangendo desde o texto integral da lei, bem como seus anexos. Tanto isso é verdade que a análise de suas programações e a continuidade das ações tornam-se, se não um mero desperdício de esforços, uma tarefa bastante árdua.

Então, Sr. Ministro, eu gostaria de questionar V.Exa., já nessa primeira questão, se o Governo Federal considera realmente necessárias revisões anuais do Plano Plurianual, já que existe previsão legal de que o PPA pode ser alterado a qualquer tempo por projeto específico a ser enviado a esta Casa. Quanto à administração pública, eu perguntaria se está preparada para sanar as deficiências no sistema de avaliação qualitativa do PPA 2008/2011. Sr. Ministro, era essa a primeira questão que eu gostaria de fazer.

Em relação ao SIGPLAN, indago se o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do plano receberá o mesmo tratamento e atenção para que o sistema seja disponibilizado o mais breve possível nos moldes de acesso e informações concedidas pelo SIAFI. Até porque, Sr. Ministro, esse foi um debate feito com V.Exa. e houve aqui um compromisso nessa direção. Parece-me que isso não tem sido levado no contexto das ações do Ministério como um compromisso para ser honrado com esta Comissão e com o Parlamento.

Uma outra questão, para ficar dentro do meu tempo, é em relação a alguns aspectos que envolvem projetos de grande vulto constantes do PPA 2008/2011, introduzidos pelo PPA 2004/2007. Na presente proposta, no que tange a esses projetos de grandes vultos, o PPA obteve um tratamento diferenciado quanto a acompanhamento mais detalhado de suas execuções. *(Pausa.)* Eu quis aguardar, Sr. Ministro, para que V.Exa. pudesse captar bem o sentido da minha pergunta. Na presente proposta, os projetos de grande vulto obtiveram tratamento diferenciado quanto ao acompanhamento mais detalhado de suas execuções, abrangendo aqueles que alcançassem valores iguais ou superiores a 50 milhões, em contraponto aos 10,5 milhões do plano anterior, valor esse acolhido pela LDO 2008 aprovada nesta Casa. No esteio dessa mudança, o PPA 2008/2011 previu originariamente a inclusão em seu teor apenas das programações que alcançassem valores iguais ou superiores a 20 milhões, gerando dúvidas e dubiedade de interpretações acerca desses dois diferentes limites para as ações constantes do plano.

De autoria do Deputado Vignatti, o relatório preliminar da proposta de PPA 2008/2011 foi aprovado ontem nesta Comissão e apresenta caminhos para dirimir tais conflitos, unificando o valor de 20 milhões para os projetos de grande vulto e para programações a serem especificadas em seu teor. Aí vem a minha pergunta: V.Exa. já mensurou as conseqüências de tais mudanças, já que ocorrerá um aumento do número de ações a serem executadas de maneira monitorada? Saindo dos 50 milhões para os 20 milhões, o volume de ações que serão monitoradas provavelmente aumentará e muito. Que conseqüências terá para o Ministério do Planejamento o acompanhamento e monitoramento dessas ações?



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para finalizar, Sr. Ministro, eu gostaria que V.Exa. tecesse alguns comentários sobre o fato de que a Constituição Federal não trata e tampouco concede permissão de limites de programação a serem incluídos no Plano Plurianual. A Carta Magna delimita apenas que aquelas programações, cuja execução se dê em mais de um exercício, deverão ser incluídas nos PPAs. Então, a omissão no teor do PPA 2008/2011 de programações plurianuais, com valores inferiores a 20 milhões, não seria no caso — pelo menos no nosso entendimento e é um questionamento que vai ficar — uma inconstitucionalidade?

Então, encerro aqui minha manifestação. Sr. Ministro, agradeço muito sua presença. Esses questionamentos são apenas para que possamos influenciar no processo de tramitação do PPA e da LOA nesta Casa e assim balizarmos um pouco o trabalho que temos na atividade da bancada do meu partido. Era o que eu queria dizer e agradeço muito, Sr. Presidente e Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Proponho aos pares que ouçamos 3 Parlamentares, devolvamos a palavra ao Ministro e depois sejam feitas as réplicas, se forem necessárias, como maneira de agilizar nosso trabalho. Podemos fazer assim?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Tranqüilamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Obedecerei ao tempo, Sr. Presidente.

Quero agradecer o Deputado José Pimentel, que hoje ocupa duas posições das mais importantes desta Comissão: a Presidência e a relatoria. Então, hoje ele é Presidente e Relator ao mesmo tempo. Para nós isso é de suma importância.

Eu gostaria de saudar o Ministro Paulo Bernardo. Tivemos o prazer de tê-lo como nosso colega nesta Comissão. Paulo Bernardo é um *expert* nessa área, pois trabalhou muito tempo nesta Comissão. Não posso esquecer nunca quando estivemos juntos em Washington. Fomos fazer uma análise comparativa do orçamento americano com o brasileiro. Vejam vocês como são as coisas, os americanos ficaram encantados com um imposto que não foi criado nem pelo PT e nem pelo Presidente Lula: a CPMF. V.Exa. deve estar lembrado, Ministro, que os americanos se encantaram com a idéia da tributação da CPMF. Inclusive um dos Deputados disse que esse era o imposto mais moderno e de melhor eficácia do mundo. Nós discutíamos tudo isso e eu sinto um prazer muito grande, meu caro Ministro e Senador Francisco Dornelles, de ver hoje à frente do Ministério do Planejamento um colega nosso que deu uma guinada. Realmente, nós vimos as condições econômicas do Brasil de ontem e do Brasil de hoje. O Sr. Senador Francisco Dornelles fez a reavaliação da receita, e cada dia mais nós nos encantamos com o desenvolvimento deste País. Tenho o prazer e a honra hoje de sair de Brasília, ir de carro até minha terra, a cidade de Salvador, a minha Lauro de Freitas, e não encontrar um buraco nas estradas, saindo daqui...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Eu estou dizendo que eu vou de carro daqui para lá. Vou para Barreiras...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Esse carro tem asas, Deputado? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Não, senhor.

Mas é verdade. V.Exa. precisa ir, Deputado. V.Exas. só viajam de avião daqui para lá. Não viajam de carro. O trecho daqui a Formosa está excepcional, foi todo recapeado; de Formosa até a divisa da Bahia, está excepcional; da divisa da Bahia, passando por Luiz Eduardo Magalhães, até Barreiras (BR-020 e BR-135), está excepcional; e de Barreiras (BR-242) até Paraguaçu, está excepcional. O único problema é no trecho de Feira de Santana a Salvador, na BR-324, que será restaurada. E é uma BR de pista dupla.

Estou falando a verdade, caro companheiro Deputado Cláudio Cajado, porque conheço a região. Se V.Exa. não a conhece, são outros quinhentos. Não é possível que não a conheça.

Nunca posso esquecer-me, caro Ministro Paulo Bernardo, de que nesta Comissão foi criado o PPI — Projeto Piloto de Investimentos. Se me lembro bem, V.Exa. foi Presidente da Comissão no exercício de 2004. No exercício de 2003, criamos o PPI. E hoje temos o PPI e o PAC. O Governo deu um grande salto no sentido de que os recursos do PPI e do PAC não seriam contingenciados e não entrariam no cálculo do superávit primário. Isso foi criado nesta Comissão. V.Exa. participou dos debates e da votação.

Saúdo também o Dr. João Bernardo, Secretário-Executivo do Ministério, cujo trabalho é excepcional.

Nossa saudação resume-se num muito obrigado do povo brasileiro a V.Exa. pelo trabalho que está realizando. E não existe conta. Estão dizendo que vou apresentar a conta a V.Exa. Não existe conta alguma. A conta é zero.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, não sobraram elogios para mim, depois das palavras do Deputado João Leão ao nobre Ministro Paulo Bernardo.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Como está o Município de Dias D'Ávila?

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Está bem. *(Riso.)*

Cumprimento o Ministro; o Relator do Orçamento, Deputado José Pimentel; o Relator do PPA, Deputado Vignatti; o Relator do Orçamento na parte da Receita, Senador Dornelles; o Dr. João Bernardo; e os membros da Comissão.

Ministro, tenho dito reiteradamente que, se tivesse de escolher o melhor Ministro do Governo Lula, escolheria V.Exa. *(Risos.)* Não diria o melhor, mas o único, em função da minha admiração pessoal e da amizade que tenho por V.Exa.

Antes de fazer minhas intervenções, gostaria de dizer que o Deputado João Leão realmente saiu de Brasília e foi até nossa querida Lauro de Freitas de carro e não viu buraco, porque, conforme soube depois, S.Exa. foi dormindo. *(Risos.)* Então, não tinha como perceber as crateras que existem em nossas BRs. Assim, inevitavelmente, tenho de discordar de S.Exa.

Nesta Casa, sempre fui um crítico contumaz da questão dos recursos que deveriam ser aplicados no conserto das nossas estradas, na manutenção das nossas malhas rodoviárias, por meio da arrecadação da CIDE. Infelizmente, sabemos que há desvio de finalidade, já que essa contribuição não se propõe a manter nossas malhas rodoviárias, mas a pagar, como demonstrei anteriormente, aposentadorias, pensões, serviços médicos, diante da execução orçamentária.

O Deputado João Leão disse que os americanos ficaram encantados com a questão da CPMF. Foi um encantamento diplomático, porque eles não a criaram lá.

Ministro, quanto à exposição de V.Exa., quero ater-me a 2 situações em relação à peça orçamentária para o ano de 2008.

Na verdade, quando observamos o orçamento do ponto de vista do custeio, das despesas correntes, ficamos preocupados. Não se trata propriamente de indagação. Manifesto a V.Exa. a minha preocupação com o aumento de despesa, de custeio, no que se refere a pessoal e encargos. Isso porque o PLOA de 2008 prevê elevação de 9,41% com gasto de pessoal, com a possibilidade de se contratarem mais de 50 mil novos funcionários públicos.

Ora, Ministro, isso não contradiz com o trâmite do projeto de lei complementar que tramita na Câmara dos Deputados e prevê um gasto limitado a 1,5%?

Solicito esses esclarecimentos, porque parece que os números se contradizem, no que tange à possibilidade de aumento dos gastos com pessoal e ao limitador da lei que tramitada na Casa. Claro que a Lei Complementar nº 01 ainda não foi aprovada. Quando o for, como ficarão os recursos previstos no orçamento, que elevam em 9,41% o gasto com pessoal?

Gostaria que o Governo, que V.Exa. integra, se manifestasse uma única vez em relação ao recorde de arrecadação que, ano após ano, temos batido, principalmente em função das contribuições — a CPMF é uma delas. Temos os dados em mão. Essas contribuições não são repartidas com Estados e municípios. São blindadas pela União, que fica com elas.

Ora, se não houvesse o impacto do aumento do custeio, o Governo poderia dar um exemplo único na história brasileira de redução de carga tributária. Já que estamos tendo superávit, cada vez mais, por excesso de arrecadação, poderíamos, na outra ponta, diminuir a brutal carga tributária brasileira.

Sabemos que V.Exa. tem-se dedicado a essa questão e produzido determinadas desonerações setoriais. Há segmentos que estão sendo desonerados na tributação, mas o conjunto da carga tributária nacional ainda é muito pesado e tem impactado enormemente o processo produtivo nacional. O Custo Brasil, em relação à carga tributária... É muito difícil para os empresários brasileiros competirem neste mundo globalizado. Sei disso porque sou da Região Metropolitana do Estado da Bahia, onde a indústria ainda é muito forte, principalmente a química e a petroquímica. Percebemos que os empresários brasileiros ainda estão disputando espaço no mercado global. O elevado imposto que é cobrado nas várias etapas da produção, em nosso País, tem dificultado bastante o processo de ampliação do setor produtivo. Portanto, minha pergunta vai nesse viés.

A segunda pergunta diz respeito ao PAC — Programa de Aceleração do Crescimento e ao PPI — Projeto Piloto de Investimentos.

Sr. Ministro, estamos prevendo a ampliação dos recursos do PAC para o próximo ano. Mas percebemos que a execução desses projetos, até o mês de setembro de 2007, chegou a 9,41% do total autorizado. Minha preocupação é que faltam dois meses e meio para o final do ano — tomando por base o mês de setembro, faltam 3 meses —, e nem sequer chegaremos à metade do que foi autorizado pelo PLOA de 2007.

Indago que medidas serão adotadas pelo Ministério com o objetivo de aumentar a execução. Sei que há situações que fogem do controle de V.Exa. Cito, por exemplo, as questões ambientais, que impedem que determinados projetos tenham o curso normal. Mas, fora essa questão ambiental, a execução continua extremamente baixa.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, faço referência ao que o Deputado Macris disse, em relação aos reiterados ofícios e expedientes que o Tribunal de Contas da União tem enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no intuito de alertar para o fato de que as avaliações de execução dos programas não estão atingindo suas metas.

Essa questão tem sido muito debatida na Casa. Gostaria que V.Exa. dissesse o que está sendo proposto para que as avaliações das metas de execução possam ser melhor contempladas, principalmente em relação às reiteradas críticas do Tribunal de Contas da União a essas execuções.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Agradeço-lhes as questões levantadas.

Objetivamente, Deputado Macris, de acordo com a informação que tenho, o SIEF já está instalado no Congresso Nacional e disponível para as Consultorias. Há ainda alguma dificuldade técnica para se fazer a abertura para todos os gabinetes parlamentares. Mas os dados já têm sido extraídos diretamente do Sistema pelas 2 Consultorias, tanto a da Câmara como a do Senado.

No caso do SIGPLAN, talvez V.Exa. já saiba que estamos desenvolvendo um novo sistema. De fato, o sistema que temos hoje não nos oferece condições técnicas de termos amplo acesso. Pretendemos possibilitar esse acesso assim que o novo sistema entrar em operação.

Em relação ao PPA, estamos procurando melhorar o nosso sistema de avaliação. Estamos nos preparando para fazer 2 tipos de avaliação, do ponto de vista do planejamento: uma de curto prazo, trimestral; e outra anual. Já iniciamos os procedimentos preparatórios para que essas avaliações sejam executadas a contento e disponibilizadas para o Congresso Nacional também. Além disso, será feita uma avaliação no âmbito de cada Ministério, sobre os programas de sua alçada.

Quanto às questões mencionadas por V.Exa., sobre a possibilidade de fazermos ou não a reavaliação anual do PPA, temos feito isso. Parece-me que também já era uma opção, anteriormente. Temos a possibilidade de fazer isso de maneira sistematizada na avaliação anual. Se a avaliação fosse dispersa, desperdiçamos muito mais tempo.

Com certeza, esse assunto é passível de debate. Poderemos aprofundar a discussão com a Comissão de Orçamento para melhorar essa sistemática. Lembro-me de que, desde o Governo Fernando Henrique, e também no primeiro Governo do Presidente Lula, optou-se por fazer uma reavaliação mais sistemática dos projetos executados no PPA.

V.Exa. tem razão. Realmente existe dubiedade na redação dos projetos de grande vulto. Isso se deve ao fato de a Comissão e o Congresso Nacional normalmente exigirem que sejam tratados como de grande vulto projetos com valores menores do que gostaríamos.

Falando francamente, penso que 10 milhões é muito pouco para um projeto ser considerado de grande vulto. Mesmo 20 milhões é pouco, principalmente se falarmos em um projeto que vai ser executado ao longo de mais de um exercício, em um projeto plurianual.

Estive lendo o relatório preliminar do Deputado Vignatti e vi que há um tratamento um pouco diferente daquele que utilizamos. Parece-me que também ficou adequado. Com certeza, é melhor do que o que apresentamos. Seriam considerados de grande vulto projetos acima de 20 milhões, mas só seriam feitas as exigências do art. 12. Ou seja, tem de haver análise prévia, análise ambiental e estudo de viabilidade técnica e econômica para projetos de grande vulto, acima de 50 milhões de reais. Até porque todos sabem que a nossa dificuldade é esta: se houver um número muito grande de projetos que precisam dessa avaliação prévia, evidentemente haverá perda em termos de agilidade, de rapidez na análise dos projetos.

Podemos continuar este diálogo. Parece-me que ficará adequado da forma como está sendo abordado pela Comissão. Ou seja, todos serão considerados de grande vulto a partir de 20 milhões. Mas só serão submetidos às exigências de análise prévia econômica e controle diferenciado aqueles acima de 50 bilhões. Trocando em miúdos, compatibiliza os interesses dos Parlamentares de discriminar determinadas ações de maneira específica com os interesses do Executivo de procurar agilizar e tornar menos restritiva a questão dos projetos, sob esse aspecto de ser considerado de grande vulto.

O Deputado João Leão não fez nenhuma indagação, mas gostaria de fazer referência à fala dele. Parece que, de fato, as estradas melhoram muito no trecho que S.Exa. mencionou, na ida para a Bahia.

O Deputado Cajado levantou várias questões.

No caso da CIDE, parece-me que, no ano passado, os recursos foram integralmente aplicados na área a que se destinam. E isso ocorrerá novamente em 2007. Esse tema deixa de ser polêmico na medida em que não há mais aplicação de recursos, como disse V.Exa. Realmente isso ocorria em alguns casos. Por exemplo, para pagamento de



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aposentadorias, pensões e outras despesas que não seriam tipicamente destinatárias de recursos da CIDE. Este ano estamos monitorando para evitar que alguma parcela seja aplicada de forma diferente.

Temos opinião coincidente quanto à discussão sobre as despesas correntes. V.Exa. sabe bem disso. Temos defendido o tempo todo que as despesas correntes devem ser controladas, a fim de que o seu crescimento não seja maior que o da economia. Esse é o espírito do projeto enviado ao Congresso Nacional, que trata da política de valorização do salário mínimo — segundo ele, o salário mínimo vai crescer no máximo o correspondente ao crescimento da economia nos 2 anos anteriores — e também do projeto de lei complementar que trata das despesas de pessoal, que queremos limitar à inflação mais crescimento real de 1,5%.

O Deputado José Pimentel é Relator desse projeto. Estamos realizando várias rodadas de diálogos e conversações. Acredito que haverá alguma evolução. V.Exas. estão acompanhando isso. Mas, ainda assim, o nosso interesse é que também as despesas de pessoal, que são muito expressivas no conjunto das nossas contas, não cresçam mais do que o crescimento do PIB.

Em relação às contratações a que V.Exa. se refere, na verdade é preciso diferenciá-las, Deputado. Há um grande número de contratações previstas para o próximo ano, destinadas à substituição de terceirizados. Temos um acordo com o Tribunal de Contas da União e queremos cumpri-lo nos próximos 4 anos. Assim, gradativamente, serão substituídas pessoas terceirizadas por pessoas contratadas. Essa é uma determinação tanto do Tribunal de Contas como do Ministério Público do Trabalho. Portanto, grande parcela das contratações previstas para o ano que vem diz respeito ao termo de acordo que fizemos.

Faço minhas as suas palavras, em relação à carga tributária. Também é interesse do Governo fazer um esforço para a diminuição gradativa da carga tributária. Fizemos isso nos últimos 4 anos, mediante política de desoneração setorial destinada a algumas áreas da economia.

O Congresso Nacional foi muito feliz quando aprovou a nova Lei da Microempresa. Na prática, é uma reforma tributária. Ela abrangeu aproximadamente 3 milhões e 200 mil empresas. Hoje, com a implantação do Super-SIMPLES, o microempresário, ao digitar seu CNPJ no computador e informar o seu faturamento, retira a guia com o recolhimento de um imposto único, que é repartido entre União, Estados e municípios. De fato, houve avanço importante nesse aspecto.

A nossa expectativa é avançar nesse esforço simplificador com a proposta de reforma tributária que está sendo ultimada pelo Ministério da Fazenda. Essa proposta vai simplificar os tributos federais, tendo em vista que unirá 4 a 5 tributos num único imposto sobre o valor agregado federal, e também os tributos estaduais. Pode-se fazer isso também com o ISS.

Em relação ao PAC, Deputado, também consideramos que o andamento precisa ser mais rápido. Temos feito um trabalho de avaliação quadrimestral pública. Além disso, fazemos uma avaliação quinzenal, mensal. Estamos, durante todo o tempo, acompanhando essa questão e discutindo-a. Parece-me que o ritmo dos projetos do PAC é absolutamente natural. Como fechamos o programa no final do ano passado e anunciamos, no início deste ano, um grande número de projetos, ficamos na dependência da formalização do projeto do Executivo, do licenciamento ambiental, enfim, de uma série de procedimentos que estão sendo feitos. Portanto, a nossa expectativa é que o PAC será cada vez mais célere. Hoje, 46% dos projetos estão empenhados. E 20% dos projetos programados para este ano já foram pagos. Dos empenhados, aproximadamente 82% estão disponíveis para serem executados, sem dificuldade alguma. A nossa expectativa, Deputado Cláudio Cajado, é que haja maior celeridade à medida que as questões forem sendo resolvidas.

Temos feito, como disse, uma avaliação amíúde. Antes do final do ano, vamos verificar que projetos apresentam alguma dificuldade para sua execução. Eles poderão perder recursos para outros que continuam sendo executados rapidamente. Não quer dizer que iremos abandonar esses projetos. Simplesmente faremos uma reprogramação combinada dos recursos deste ano com os recursos do ano que vem.

Portanto, ganharemos tempo, executando aqueles projetos que já estão totalmente desembaraçados. Vamos reforçar as dotações e aplicar os recursos destinados para o ano que vem nos projetos que estão mais atrasados.

V.Exa. falou sobre as observações do Tribunal de Contas. Considero-as muito úteis. Com certeza, elas irão balizar o trabalho desta Comissão e do Congresso Nacional. Evidentemente, seremos forçados a tomar medidas para que os trabalhos possam fluir com mais rapidez.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem direito à réplica, se assim o desejar, pelo prazo de 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, estou satisfeito com as suas respostas. V.Exa. até concordou com alguns questionamentos que fiz. Mas restaram 2 pequenas preocupações. Talvez fosse necessário um esclarecimento um pouco mais detalhado de V.Exa.





## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Falei sobre a questão do SIEST. Sentimos premente necessidade de ter acesso às informações das estatais. De acordo com V.Exa., elas estão disponibilizadas para as 2 Consultorias, do Senado e da Câmara, no Congresso Nacional. Mas é natural que pelo menos as Lideranças partidárias e os Parlamentares tenham acesso a elas, até para que possam direcionar sua atividade política e exercer seu papel fiscalizador no Congresso Nacional.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Poderíamos acertar isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Isso seria muito importante.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Vence a nossa limitação e atende aos Parlamentares de cada partido.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Se V.Exa. puder caminhar nessa direção, será importante. Até porque, para o nosso exercício, principalmente para exercer nosso papel fiscalizador, precisamos ter acesso a essas informações — que seja *on-line*, tal qual é feito com o SIEST.

Quero saber se é possível disponibilizar para as Lideranças partidárias, pelo menos, essas questões. Isso vai garantir a transparência dos gastos públicos, prevista na Constituição.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Eu vou tratar disso, Deputado, e informar a V.Exa. Acho que não haverá problema. De fato, temos limitação e não podemos abrir para um grande número de usuários. Mas, para as Lideranças, parece-me que não haverá problema.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Claro. Isso deve ser feito de maneira controlada, cadastrada, sem problemas.

Sr. Ministro, a Constituição prevê que as ações plurianuais devem constar do PPA. Essa omissão no teor do PPA 2008/2011, em relação a programas plurianuais com valores inferiores a 20 milhões, não seria inconstitucional? Repito essa pergunta porque me parece que V.Exa não se ateu ao meu questionamento.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Vamos ver se estamos falando da mesma coisa, Deputado Vanderlei Macris.

Os projetos plurianuais com valor acima de 75 milhões...

**O SR. JOÃO BERNARDO BRINGEL** - Deputado, os projetos abaixo de 20 milhões constam do PPA. Eles só não são discriminados em projetos específicos. Estão agregados. Também estão agregadas as operações de despesas contínuas do Governo que, nos 4 anos, são inferiores a 75 milhões. Mas todas elas constam do plano. Por que isso? Para o plano ganhar um caráter mais estratégico do que detalhado. Mas todo valor consta do plano. Se for necessário, por exemplo, a abertura das ações, o detalhamento para alguma avaliação das atividades orçamentárias, cujo valor, nos 4 anos, seja inferior a 75 milhões, o planejamento disporá disso. Agora, são atividades muito pequenas, de natureza contínua. Ou seja, não são operações de investimento. São atividades de despesas contínuas, que geralmente contêm despesa de custeio.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Projetos desse valor, às vezes, passam de um ano para outro.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Não, todos os investimentos constam... Eles apenas não são discriminados em ações específicas. As ações orçamentárias, ditas atividades, que contêm despesas contínuas — não são projetos; são contínuas (5, 10, 15 anos) —, que estão, nos 4 anos, abaixo de 75 milhões, constam do plano de forma agregada. Mas a despesa está lá. Havendo necessidade de detalhamento, o planejamento o tem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bem. Agradeço.

**(Não identificado)** - O relatório de avaliação tem aberto todos eles.

**(Não identificado)** - Eu vou fazer, junto com a Assessoria, uma avaliação sobre esses casos específicos. Se for necessário, farei um requerimento de informações ao Ministério...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não precisa fazer requerimento, Deputado. Mande um ofício...

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Nós nos colocamos à disposição.

**(Não identificado)** - Muito bem. Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Ministro Paulo Bernardo, é uma grande satisfação recebê-lo nesta Comissão, que V.Exa. presidiu com tanta sabedoria. O Senador José Maranhão está honrando esta Comissão, como V.Exa. o fez, no período em que a presidiu. E a nossa esperança é que um dia o Senador José Maranhão seja também Ministro do Planejamento.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Ministro Paulo Bernardo, quero voltar ao PAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Estou satisfeito com o atual Ministro. *(Risos.)*



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Eu me lembro com saudade de um programa suntuoso, lançado no Palácio do Planalto alguns anos atrás, chamado Avança Brasil. Se V.Exa. procurar resquícios do Avança Brasil, talvez só com luneta os encontre.

Tenho medo do PAC, por exemplo, na área de saneamento. São 2.600. Até agora a FUNASA não recebeu ordem para empenhar nada dos municípios até 50 mil habitantes. Falo desse problema porque certa vez o levei a V.Exa., em nome do Estado do Maranhão.

Realmente não sou propagandista, como é o Presidente Lula. Mas penso que, se S.Exa., em vez de fazer tanta propaganda, executasse mais, por meio dos seus órgãos e dos seus Ministros, a coisa poderia andar. Estamos quase em novembro. Vamos dizer que os projetos da FUNASA sejam empenhados no mês de novembro. Documentação, adequação de projetos, licitação, liberação da primeira parcela. Quando os recursos chegarão aos pobres municípios do Nordeste? Estou falando daqueles com até 50 mil habitantes.

Era esta a observação que gostaria de fazer.

Tenho muita satisfação em recebê-lo nesta Comissão e em conversar com V.Exa. sobre o Plano Plurianual e o Projeto de Lei Orçamentária.

Não tenho mais nada a dizer sobre esses 2 programas. A exposição de V.Exa. foi suficientemente explicativa. Já mencionei a minha reclamação. Parece-me que V.Exa. está anotando tudo para tomar as devidas providências. Desde já, agradeço-lhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Antes de tudo, agradeço a V.Exa. a generosidade dos seus conceitos.

Em seguida, facultaremos a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

Vamos adotar o mesmo critério: agrupar os interpelantes em 3. De uma só vez, o Ministro responderá aos 3, por economia processual.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, prezados Relatores, meu caro Ministro Paulo Bernardo, Secretário João Bernardo, certamente não vou fazer uma intervenção como se fosse assinar aqui um projeto de lei para transformar esta audiência em sessão de homenagem unânime ao Ministro Paulo Bernardo.

Evidentemente, não temos absolutamente nada contra a pessoa do Ministro, nem contra sua atuação à frente da Pasta de sua responsabilidade. Mas é importante levantar algumas questões estruturais, do ponto de vista do contraditório. As próprias mensagens de planos plurianuais e leis orçamentárias, muitas vezes, deixam-nas em segundo e terceiro planos, e não são reveladas essas contradições.

Esperávamos, Sr. Presidente, que, na segunda etapa do segundo mandato do Presidente Lula, pudessem começar a ser construídos o PPA e as propostas de orçamento, tentando superar desequilíbrios estruturais que nos acompanham pelo menos desde 1994, quando se implantou o Plano Real e se impôs ao País uma paridade cambial forçada, que depois nos levou ao desastre de 1998 e 1999. Refiro-me particularmente aos desequilíbrios que foram provocados a partir de 1999, quando se implantou no Brasil um processo de ajuste intenso, ortodoxo — diria até doutrinário —, para que pudesse haver equilíbrio das contas e política de combate à inflação.

Temos dito — não só eu, mas outros Parlamentares e parte ponderável da comunidade econômica acadêmica brasileira — que precisamos enfrentar o mais expressivo desequilíbrio estrutural. É muito simples, Sr. Presidente. Trata-se da forma como são divididos os recursos da receita pública em todo o território nacional, principalmente no plano das despesas da União Federal.

Fala-se muito em gastos correntes, em carga tributária, em controle de despesas de pessoal, mas poucas são as vezes em que se fala da extorsão fiscal que representa a dívida pública neste País.

Deveríamos tentar responder 3 questões, no intuito de contribuir para que — não neste momento, mas a médio prazo — superemos esses desequilíbrios. Primeiro: a que e a quem se destinam esses valores que são divididos no PPA e na LOA para 2008? Segundo: quem são os setores beneficiados? Terceiro: essa ordem de prioridade é pelo mesmo coerente com o art. 3º da Constituição Federal?

Indago quais são os setores beneficiados. Estimamos que 44 bilhões de reais serão destinados ao Programa Bolsa-Família, em 2008, para atender 11 milhões de pessoas; e que 152 bilhões de reais serão utilizados para pagamento dos beneficiários dos serviços da dívida pública. Segundo o economista Marcio Pochmann, que integra a administração do IPEA, eles representam menos de 7 milhões de pessoas físicas e jurídicas neste País.

Portanto, com base nos números oficiais — não só os do Ministério do Planejamento, mas também os dos relatórios do Tesouro Nacional, abertos desde 2002 —, afirmo que o PL 2008... Até porque antes era quase proibido pensar em alternativas para a questão macroeconômica. A forma de se combater a inflação, de se promover o



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desenvolvimento foi tratada como um dogma nos últimos 4 anos. Há nesse projeto, Sr. Presidente, 152 bilhões para juros e encargos da dívida. E, para todas as demais despesas discricionárias — toda a área de saúde no País, toda a área de educação, sob a égide federal, e transferências, ciência e tecnologia e combate à fome —, temos 122,9 bilhões. Volto a perguntar: a que e a quem se destinam essas despesas?

Quero compartilhar com os Srs. Deputados os dados que são apresentados no PAC para 2008. Para a infraestrutura logística, 9,6 bilhões — 15 vezes menos o que vai ser pago de juros e encargos da dívida para uma minoria que vive do excedente, que vive sem bater um prego numa barra de sabão, sem dar um nó num cordão. Para a infraestrutura social e urbana, 8,3 bilhões — 18 vezes menos do que se vai pagar de juros e encargos da dívida. Vamos para uma área mais robusta: orçamento e investimentos das estatais, 27,1 bilhões — 5 vezes menos do que o País vai pagar para quem vive de juros e dos encargos da dívida pública. O próprio Plano de Desenvolvimento da Educação — já tivemos diversas audiências sobre esse projeto com o Ministro Fernando Haddad — representa 47 vezes menos do que se vai gastar no Orçamento de 2008 com juros e encargo da dívida.

Lembro a todos o crescimento metastásico, canceroso, descomunal desse privilégio que temos. O Brasil é o país com a mais alta carga tributária da história republicana. Ela é predominantemente indireta — injusta, portanto. Como vêm crescendo as despesas com a infraestrutura logística e social e o orçamento de investimento das estatais?

Relatório da dívida pública de 2002. O estoque era de 622 bilhões. Previa-se para os próximos 12 meses, a partir de agosto de 2002, 250,41 bilhões de reais. A partir de agosto de 2002 e nos 3 anos subsequentes, o Tesouro teria de arcar com 419 bilhões. Passamos, em 2005, para um estoque de 920,7 bilhões. Em 12 meses, tínhamos um vencimento de 393 bilhões. A partir de agosto de 2005 e nos 3 anos subsequentes — ou seja, até agosto de 2008, primeiro ano do orçamento elaborado pelo Governo do segundo mandato do Presidente Lula —, a previsão era de 771 bilhões.

Sras. e Srs. Deputados, segurem-se nas cadeiras: o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, em dezembro de 2007, era de 1 trilhão e 230 bilhões. Isso representa mais do que 15 vezes o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de 1994. Desconheço que o PIB, de 1994 a 2007, tenha crescido 1.500% e que a inflação tenha sido pelo menos de igual monta.

Em agosto de 2007, o percentual de títulos a vencer em 12 meses — ou seja, até agosto do ano que vem — era de 405 bilhões; em 3 anos, de 902,7 bilhões.

O problema é que, nas audiências públicas em que discutimos os projetos orçamentários ou nas audiências em que discutimos o Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, não contamos com essa prerrogativa — não por falha do Governo do Presidente Lula, mas sim do Congresso Nacional, que não elaborou a LRF. Não se diz qual é o impacto social do custo fiscal dessa dívida.

Volto a dizer: no PPA de 2008/2011 estão previstos 389,9 bilhões de investimentos. Só o estoque da dívida pública que vencerá daqui a 1 ano é de 405 bilhões. Volto a perguntar: a que se destinam essas despesas? A quem se destinam esses valores?

Esse desequilíbrio é estrutural e vem contaminando a capacidade de investimento e de promoção de justiça no País, desde 1994. Foi turbinado, anabolizado em 1999, e nós não tivemos a liberdade de construir alternativas, que hoje estão publicadas.

O economista João Sicsú, que acaba de ser convidado para integrar a equipe do IPEA, publicou recentemente um trabalho magistral intitulado *Juros, Câmbio e Globalização*. Ele mostra que, enquanto se vendeu no Brasil a ortodoxia monetária de que só se combatia a inflação com elevadas taxas de juros, inúmeros países, de inúmeros continentes, não engoliram essa conversa fiada. Portanto, não estão nessa situação de sangria fiscal. Os números mostram situação de estabilidade nas contas externas, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, ampliação dos programas sociais.

Não há uma única área de gestão pública voltada para dimensão social em que o Presidente Lula não tenha apresentado projeto. Mas todos esses projetos têm sido colocados em segundo ou terceiro plano.

Sou Deputado da Comissão de Segurança Pública. Discutimos com o Ministro Tarso Genro a questão do PRONASCI, que é uma proposta inovadora. Já tenho artigo publicado sobre o assunto.

Qual é o gargalo do PRONASCI? Ocorre que a administração das polícias e do sistema prisional não é federal, é dos Estados. E todos os Estados, sem exceção, que receberam dinheiro do Governo Federal — isso pode ser conferido na auditoria da Controladoria, disponível na Internet —, meteram a mão no dinheiro de forma ilícita. Há irregularidades na construção de presídios, na compra de equipamentos, na construção e reforma de delegacias.

Nós corremos o risco de ver o PRONASCI, um grande projeto integrado de segurança e cidadania, esbarrar na disparidade do que são as gestões das unidades da Federação, porque a grande maioria da gestão pública de segurança não é federal, mas dos Estados.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, quero encerrar compartilhando essas preocupações, que se baseiam em números oficiais dos relatórios do Tesouro. Vai chegar um momento em que o Congresso Nacional e a sociedade vão ter de dizer para o Presidente Lula que S.Exa., na história democrática desta República, após uma ditadura de 21 anos, é o único Presidente que construiu uma liderança, mostrou capacidade de governo e tem credibilidade e capacidade social de inverter esse jogo.

Disse o Ministro Antonio Palocci, quando assumiu o Governo, em 2003, que era impossível se dar um cavalo-de-pau num Titanic. Fiquei pensando nisso e fui conversar com o meu pai, que foi marítimo e é ex-combatente da 2ª Guerra Mundial. *“Meu filho, não é bem assim. O Ministro nunca entrou num navio. Talvez nunca tenha entrado num bote”*, disse-me ele. E, depois de 5 anos, S.Exa. ainda vem com a conversa de que não dá para dar cavalo-de-pau em Titanic? É evidente que não dá, mas seria muito bom mudar o rumo da elite que vive do excedente de renda.

Então, é louvável que haja um foco plural para os programas sociais inseridos no PAC, para a agenda social do Governo, mas é descomunal esse desequilíbrio estrutural. Ou começamos a admitir que este País está tirando demais da sociedade e pagando demais para quem vive sem fazer nada, impedindo que o Tesouro nacional seja distribuído de forma mais equânime, ou vamos ficar enxugando gelo.

Amanhã, vamos ter de fazer o PRONASCI II, III e IV. Estamos agora construindo presídios para adolescentes de 14 a 24 anos, porque desde 1994 não se cumpriu o que a Constituição mandava fazer na educação básica. Então, estamos enxugando gelo, apagando fogo, correndo atrás do prejuízo.

Insisto, com todo o respeito e a convergência democrática que temos tido em várias negociações com o Ministro Paulo Bernardo, em que estamos começando o segundo mandato do Presidente Lula sem admitir a possibilidade de uma ruptura construída progressivamente com essa que é a pior disparidade.

A maior violência neste País não é o assalto na esquina, não é o homicídio de uma criança, mas, sim, uma dívida pública que esgota a capacidade de desenvolvimento do País. Acima de tudo, esse é um privilégio intocável, porque, na Constituição de 88, já estava escrito: o Congresso não vale nada, Senador não vale nada, Deputado não vale nada, porque o Congresso não pode mexer no dinheiro previsto no Orçamento para o pagamento do serviço da dívida pública.

Quem foi que disse que pagar serviço da dívida pública é cláusula pétrea da Constituição? Todo o poder emana do povo, mas não é o poder todo, é só uma banda. A outra banda está carimbada para remunerar quem vive de excedente. E, mais cedo ou mais tarde, vamos ter de responder a esse desequilíbrio estrutural.

Tenho certeza de que o Ministro Paulo Bernardo tem consciência desse desafio e vai estar aberto, nessa segunda rodada de negociações do segundo mandato do Presidente Lula, pois imagino que continue à frente do Ministério, para fazer um debate com mais capacidade crítica e contributiva, até porque há uma resolução aqui no sentido de que essa coisa de ficar instituindo data para homenagem e dia disso ou daquilo não é mais admitida nas Comissões Permanentes da Câmara.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)* Ausente S.Exa. Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria de me voltar mais para o PAC, porque, depois desse pacote, vivemos certa tranquilidade na discussão do Orçamento. Antes, era uma guerra para ver quem levava 30, 40, 50 milhões para as estradas de seu Estado; agora, com o PAC, estamos dispensados dessa mobilização toda.

Veja V.Exa., Sr. Ministro, que, só para o Estado do Pará, por meio da Medida Provisória nº 381, foram destinados 200 milhões para 2 rodovias e mais 150 milhões para eclusas, um montante de recursos que levaríamos 10 anos para conseguir na Comissão.

É verdade que há preocupação quanto à aplicabilidade desses recursos, principalmente no início de um programa. Mas todo programa, quando está iniciando, sofre dificuldades.

Tenho uma dúvida em relação ao que vai acontecer com o recurso liberado que não será gasto até dezembro, por exemplo, devido à necessidade de revisão contratual, de projetos de construção ou de licitação. Quando chegar a virada do ano, não vamos ter os contratos regularizados, e esse montante não poderá ficar em Restos a Pagar para 2008.

Qual é o procedimento, por exemplo, quanto a esses 156 milhões da BR-163, que foram destinados na Medida Provisória nº 381 e que não serão aplicados porque não dará tempo de fazer um novo contrato de construção? Se não houver uma empresa credenciada, o dinheiro não poderá ser empenhado. Como será a dinâmica para o próximo ano, uma vez que temos um calendário e o estamos divulgando para essas obras lá no Estado? Naturalmente, temos uma margem de atraso, mas eu queria saber qual vai ser a dinâmica.

Em relação às obras de habitação e saneamento, as Prefeituras precisam tomar a iniciativa de apresentar projetos. Na minha avaliação, precisamos de uma forma simplificada de resolver a regularização urbana, as chamadas



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

léguas patrimoniais. Tenho o exemplo de um município que acompanho há 2 anos: terras que pertencem ao INCRA, que precisam ser repassadas ao município e enfrentam uma burocracia tremenda. E se o município não consegue ter essa regularização urbana, ele não consegue se credenciar para receber esses recursos do PAC.

Falando em medida provisória, tenho grande crítica quanto ao excesso de medidas provisórias, mas sou totalmente favorável a que os recursos sejam liberados por meio delas. Na Amazônia, se não fossem as medidas provisórias, a situação seria de calamidade pública, caótica, porque, às vezes, os recursos previstos em projetos de lei são aprovados no Congresso apenas em dezembro, quando, na maioria da região, começa o período de chuvas. Então, o Governo acertou muito em destinar recursos, seja para conservação, seja para restauração, seja para construção, por meio de MPs, pois isso permite que se trabalhe no momento correto. No caso da Amazônia, há 2 períodos: um chuvoso e outro de sol.

Sr. Ministro, além da questão das léguas patrimoniais e a fundiária — e sei não passa pelo seu Ministério, e, sim, pela Receita, mas é uma iniciativa do Governo —, gostaria de falar a respeito das dívidas previdenciárias dos municípios, as dívidas acumuladas por gestões passadas e que hoje só podem ser renegociadas em até 60 vezes.

Veja V.Exa que, para uma pequena Prefeitura que sobrevive das transferências constitucionais por não ter nenhuma renda própria, pagar uma dívida de 3 milhões a 6 milhões em 60 vezes é muito difícil. Se pagar as parcelas, ficará sem nenhum capital de giro para aplicar no município.

Por isso, apresentei um projeto de lei, que, inclusive, está tramitando em regime de urgência, para que se prorrogue o prazo, pelo menos, para até 120 meses. E há compreensão por parte da Receita Federal nesse sentido. Temo que a tramitação desse projeto possa demorar no Congresso, e a questão poderia ser resolvida por meio de medida provisória.

No meu Estado, o Pará, dos 143 Municípios, em torno de 75 estão inadimplentes e, por isso, não podem receber recursos de emendas de Parlamentares nem de convênios. A maioria dessas inadimplências é referente a dívidas previdenciárias.

No passado, a Receita já parcelou essas dívidas em até 240 vezes. Mas o fez por um período pequeno, 15 dias. Quem não o fez nesse período hoje só pode parcelar suas dívidas em até 60 vezes. Portanto, tínhamos de ver um mecanismo rápido para termos um tempo maior para a renegociação dessa dívida previdenciária.

São as considerações que faço.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, gostaria de lembrar aos colegas que temos ainda uma reunião deliberativa, portanto, é necessário que sejamos objetivos não só nas perguntas como também nas respostas do Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Faço minhas as palavras de V.Exa., porque, realmente, estamos comprimidos pelo tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve. Creio que avançamos muito no relatório deste ano, na medida em que não temos mais o problema do FUNDEB, pois a reclamação de sempre era a de que o FUNDEF não vinha sendo cumprido. Felizmente, a Educação passou a receber aquilo que merece para que comecemos a reparar os erros. Conforme disse V.Exa. com muita clareza, voltamos a aplicar integralmente o que está previsto na CIDE e consta do Orçamento.

Daqui a pouco, teremos a votação da Emenda nº 29, como garantido pelo Presidente Arlindo Chinaglia. E o Relator-Setorial, Deputado Rafael Guerra, que é ligado à Saúde, está conosco para ajudar a equacioná-la. O problema do salário mínimo já foi resolvido, embora tenhamos ainda de decidir a questão da Lei Kandir, que veio à parte. Mas, para discutir a CPMF, vários Governadores querem um ajuste na reforma tributária e que façamos uma compensação desse processo, com o que conseguiremos avançar e equacionar o problema.

Sr. Ministro, faço a V.Exa. apenas 2 perguntas relacionadas ao reajuste dos servidores e à contratação. Temos de parar com isso. Muitos têm reclamado. Se desejamos a expansão das universidades, como fazê-lo sem contratar professores e técnicos? Não há como fazê-lo! Muitos vêm à Comissão solicitar que votemos a expansão das universidades, mas ficam contra a contratação pelo Governo. Não dá para entender! Se queremos expandir, temos de ter gente para isso. Se queremos expansão na área da Saúde, nos hospitais e no atendimento, temos de ter gente, pois, do contrário, não dá para fazer! Com o PRONASP, se queremos melhorar o atendimento ao sistema prisional, tem de ter gente.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Creio que devíamos colocar um pouco mais para fazer a correção salarial desses importantes servidores. Por exemplo, temos de valorizar os professores universitários, que dão grande contribuição para o avanço tecnológico e para o crescimento do País. Se o Brasil está crescendo, está na hora de valorizá-los também.

Finalmente, em relação ao PAC, V.Exa. está correto, mas acho que temos de ajustar a execução. As regiões do Brasil são diferentes, não podemos deixar tudo para dezembro, porque, com chuva, não se trabalha e haverá problema de execução. Temos de tentar equacionar esse problema da execução. Se há recursos, a questão passa a ser apenas de organização, para que possamos melhorar ainda mais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, quero apenas saudar o Ministro Paulo Bernardo e dizer que estamos aprendendo sobre a implantação da nova resolução e, por conta disso, certamente, teremos muito mais trabalho, porque temos de emitir o relatório de cada Estado, quanto de recurso vai para cada Estado e para cada Ministério, para que as Comissões possam elaborar as emendas de remanejamento e as emendas de bancada. Tenho certeza de que, ao final, apesar das intensas reclamações, todos chegarão à conclusão de que a nova metodologia de análise do Orçamento permitirá mais transparência e participação de toda a sociedade no processo.

Assim, saúdo o Ministro e comunico que foi dado início a essa nova resolução, inspirada quando S.Exa. estava na Presidência da Comissão e elaborou relatório sobre as dificuldades que havia e sobre o que deveria ser alterado. Isso ajudou muito no convencimento para que a resolução fosse aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Secretário-Executivo João Bernardo, Sr. Ministro Paulo Bernardo, como sabe V.Exa., este ano, sou o Relator-Setorial da Saúde, e estamos trabalhando, como sempre, de forma apartidária ou suprapartidária. Quero fazer o melhor para a Saúde e para o País. A propósito, estamos aguardando ansiosamente a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Ontem, o Presidente Arlindo Chinaglia, que tem procurado acelerar essa regulamentação — há muito aguardada —, pediu um prazo até a próxima terça-feira, quando retornará ao País o Presidente da República, para que pudéssemos ter uma definição. Isso naturalmente vai influir no orçamento da Saúde do próximo ano.

Na apresentação de hoje, não ficou contemplada uma diferença que estamos levantando há algum tempo, e que, segundo a Assessoria nos informou, decorre principalmente da nova metodologia de cálculo do PIB. Essa metodologia alterou todas as variações do PIB nominal desde 2000. Só em 2007 — o que influi no Orçamento de 2008 —, a variação é de 1,3 bilhões, no período total é de 2,7 bilhões. Isso não foi contemplado. Depois, evidentemente, vou conversar com o Relator-Geral, mas eu queria ouvir a manifestação de V.Exa. a respeito desse assunto, porque isso provavelmente terá que ser acrescido, independentemente da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, se não for contemplado no momento da negociação da regulamentação da emenda.

É a minha observação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sejam bem-vindos, Sr. Ministro Paulo Bernardo e Sr. Secretário João Bernardo Bringel, é uma alegria tê-los nesta Comissão de Orçamento. Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a sensibilidade da proposta, de 2 meses atrás, de aumentar os recursos emergenciais a fim de minorar a crise da Saúde. As relações entre o Congresso Nacional, Deputados e Senadores que brigam pela Saúde, e os senhores sempre foram muitas boas. Portanto, faço este agradecimento ao Sr. Ministro e peço que seja transmitido ao Presidente Lula.

A crise da Saúde, caro Ministro Paulo Bernardo, é realmente verdadeira, já existia e se agravou. Os recursos para resolvê-la dependem da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, como comentou o extraordinário Deputado Rafael Guerra. Essa é a saída. Urge a resposta, a contraproposta do Governo. Sabem o Ministério do Planejamento e o Governo Federal que já está havendo negociação, mas o ano está terminando, e precisamos da contraproposta do Governo. Com certeza, haverá acordo. Aprendi nesta Casa, e aprendi com o Senador José Maranhão, que o ótimo é inimigo do bom. Isso é sabedoria popular, precisamos acertar.

Ministro Paulo Bernardo, a crise é verdadeira. Há 10 anos, a receita corrente bruta do Governo em relação ao PIB era de 18%. Hoje, as despesas correntes do Governo são de 25% do PIB. A despesa da União com a Saúde, que começou em 1,9% há 10 anos, hoje está em 1,8%. Em vez de acompanharem — não em ritmo acelerado — as receitas correntes do Governo, as despesas da Saúde diminuíram.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na área da Seguridade — e o Governo Lula está olhando para a Seguridade — há 3 dados interessantes. Em relação ao Bolsa-Escola, ao Bolsa-Alimentação e ao Bolsa-Família, há 10 anos, esses programas representavam 0,1% do PIB; hoje, representam 0,7%. E é indiscutível o resultado do Bolsa-Família.

Na outra área da Seguridade, a Previdência, nos últimos 2 anos, houve um aumento real dos benefícios — salário mínimo, benefício continuado etc. Dados dos últimos 2 anos apontam 14% de aumento real.

Talvez preocupado em acertar a economia — e está acertando a economia, as linhas macroeconômicas foram mantidas e azeitadas —, o Governo não conseguiu olhar para a Saúde. Os recursos aumentaram nominalmente. O Ministro Paulo Bernardo e o Secretário João Bernardo vão responder que aumentou nominalmente. Entretanto, em comparação com a Previdência e com o Bolsa-Família, houve uma diminuição.

Então, observem com absoluta atenção e seriedade esses dados, que a equipe do planejamento tem, aliados à crise cada vez maior do setor — os últimos números da dengue, por exemplo, são assustadores; e não é somente deste Governo. Não quero politizar, até porque o meu partido está por inteiro na base do Governo, estou vendo o conjunto.

Com relação à regulamentação, meu caro Ministro Paulo Bernardo, vou citar o meu Estado, Minas Gerais, e o Paraná. Minas Gerais, apesar de sua produção mineral, que exporta de forma extraordinária e melhora a balança comercial do Governo, tem passado por extrema dificuldade. O mesmo ocorre com o Paraná do meu PMDB e que tem os *royalties* de Itaipu. Pois bem. Esses Estados, que são ricos, gastam 6% com Saúde. O dinheiro da Saúde é para vacinar crianças e idosos, não é para vacinar vacas contra febre aftosa. O dinheiro da Saúde é para as mulheres portadoras de câncer — este ano, 50 mil mulheres vão morrer de câncer de mama e 42 mil de câncer no colo do útero —, não é para fazer asfalto e restaurante popular ou para recuperar a Baía da Guanabara. Isso vai ajudar.

Conto com a sabedoria e a sensibilidade de V.Exa. e de sua equipe. E sinto que V.Exa. está se transformando em um amigo da Saúde desde que assumiu a Presidência da Comissão de Orçamento há alguns anos.

Muito obrigado, meu caro Ministro. Muito obrigado, meu caro Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Antes de passar a palavra ao Deputado Hugo Leal, último orador inscrito, lembro aos Parlamentares que, logo em seguida, vamos ter mais uma reunião. Então, peço que não se ausentem, porque precisamos da presença de todos os colegas para debater as importantes decisões que deveremos tomar.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, a quem agradeço a gentileza da realização desta reunião e a oportunidade de ter trazido o Ministro Paulo Bernardo, tentarei ser extremamente cirúrgico na minha intervenção.

O primeiro registro que faço, Sr. Ministro, baseia-se exatamente na primeira página da apresentação de V.Exa. e se refere ao contexto macroeconômico. No início dos anos 80, quando ingressei na Faculdade de Economia, ouvi muito a respeito do contexto macroeconômico que hoje parcialmente é uma realidade — aliás, temos de enaltecer o trabalho que vem sendo realizado há vários anos, neste País, especialmente nos últimos 5 anos.

Temos de deixar claro — e discuti-lo com a presença do Ministro é até melhor — qual é o papel do Parlamento no debate do Orçamento. Há alguns anos, pejorativamente, chamava-se o Orçamento de “ornamento público”, pois ele era apenas para aparecer.

Vivíamos um período inflacionário em que tudo era encoberto. Conforme fomos evoluindo nesse processo, algumas coisas foram ficando mais claras, mais transparentes. Aqui, isso é evidente, está acontecendo. Alguns Parlamentares, Deputados e Senadores, ainda resistem em conhecer a nova Resolução nº 1, de 2006, que traz novos e fundamentais elementos para a consolidação do Orçamento. A nova fase que a Casa e o País estão vivendo deve ser por nós enaltecida.

Quero saber a opinião do Ministro, uma vez que estamos evoluindo ano a ano, no contexto macroeconômico, na avaliação do sistema do Orçamento, quanto às despesas discricionárias. Não vou fazer crítica por enquanto. Assino a manifestação do Deputado Paulo Rubem Santiago. Estamos evoluindo neste cenário, no Legislativo, e vendo a efetiva consolidação do processo e da discussão do Orçamento.

Destaco, entre as várias ações do novo Orçamento — e cumprimento o colega Ricardo Barros, que compilou o livro *De Olho no Dinheiro do Brasil* —, o art. 18 da mencionada resolução, que trata dos comitês permanentes, porque temos a tendência de discutir o Orçamento apenas nos 2 últimos meses do ano, no máximo nos 3 meses. O Orçamento, porém, tem de ser discutido permanentemente, principalmente os comitês permanentes de análise de irregularidade de obras. Afinal, esse é o papel do Parlamento. Não é justificável que o Orçamento seja discutido apenas nesse período e por um universo diminuto de Parlamentares.

Então, pergunto a V.Exa., com tudo a que assistimos, não estamos caminhando para um orçamento impositivo? V.Exa. não seria um adepto, não assinaria a proposta de nos aproximarmos desse cenário de orçamento impositivo, que



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

daria responsabilidade ao Executivo e, principalmente, ao Legislativo, não apenas no acompanhamento, na elaboração da Lei Orçamentária Anual, do PPA, do PPI, mas também e especialmente da sua execução?

Outra pergunta, na mesma linha de raciocínio, trazida pelos Deputados Paulo Rubem Santiago e Darcísio Perondi, refere-se à visão geral, infelizmente macro, da despesa, pois mais de 50%, ou seja, em torno de 884 bilhões, no ano passado, foram gastos com o serviço da dívida.

Trouxe V.Exa., em um dos cenários da sua apresentação, a informação de que serão investidos 47 bilhões de reais na Saúde. E esses 47 bilhões de reais, numa proposta atual, sem estabelecer o cumprimento da Emenda nº 29, sem que esta esteja regulamentada. A minha pergunta é muito simples e bastante objetiva: no caso dessa regulamentação acontecer este ano, qual seria o percentual e qual seria o aumento, nos termos atuais da proposta, sem modificação, na forma em que ela está tramitando, qual seria o aumento percentual nesses valores aqui com relação à Saúde?

Apesar de V.Exa. ter trazido aqui com muito afincamento o quadro, no modelo *pizza*, dizendo que a Saúde, no que se refere às despesas discricionárias, representa 34,6%, isso, no Orçamento geral, não chega a 3%. Então, o que significará para o Governo Federal a regulamentação da Emenda nº 29 em termos percentuais e em termos de valores de aplicação mínima?

É a minha intervenção, manifestando mais uma vez minha alegria por estarmos, nesta Casa, discutindo o Orçamento e reivindicando não só a sua elaboração, mas principalmente a sua efetiva execução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Maranhão) - Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo para responder às interpelações que acabam de ser feitas pelos últimos oradores inscritos.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Vou procurar ser sucinto, Sr. Presidente, até porque sei que vai haver uma reunião deliberativa na sequência.

Com referência às palavras do Deputado Paulo Rubem, acho que estamos de acordo em uma questão. A opção do Presidente Lula não foi fazer nem um cavalo-de-pau nem uma ruptura. Na verdade, a opção foi por produzir um cenário de previsibilidade, um cenário mais de certezas do que de incertezas para os próximos anos sobre o ambiente de negócios no Brasil. E acho que S.Exa. está sendo muito bem-sucedido nesse aspecto.

Veja que, embora os números que V.Exa. citou sejam inquestionáveis, até porque certamente foram todos tirados dos nossos relatórios, temos hoje grande diferença no cenário macroeconômico em relação ao que era em 2003. A taxa de juros naquele ano chegou a 26,5%. Quando o Presidente Lula assumiu, já estava em 25%. Hoje, estamos com 11,25%. A dívida baixou de mais de 60% do Produto Interno Bruto para algo em torno de 44% este ano. Registra-se um crescimento da renda das pessoas, por conta do aumento do volume de empregos e dos reajustes salariais. Sobretudo é absolutamente importante nesse cenário a inflação baixa.

No ano passado, a inflação foi de 3,14%; este ano não vamos atingir 3,7%, pelas estimativas que faz o mercado financeiro, e isso é inestimável para o trabalhador. Na verdade significa um ganho adicional, porque, o que aconteceu, e o PNAD e várias outras pesquisas mostram que houve realmente substancial aumento do poder aquisitivo. Tanto que este ano a previsão é de se vender aproximadamente 12 milhões de computadores no Brasil. Quer dizer, estamos combinando aumento de renda com benefícios tributários concedidos e com crédito mais barato. Nesse quadro, a inclusão digital passou a ser uma realidade. O número de pessoas que têm acesso à Internet aumentou de 22% para 44% em 4 anos.

As preocupações de V.Exa. são válidas, mas temos também de verificar as alternativas, o que fazer com uma dívida de 1 trilhão de reais e que modelo de ruptura seria esse que nos livraria automaticamente dessa dívida. Não acredito de forma alguma no sucesso de uma política como essa. É como V.Exa. disse: estamos debatendo, e a troca de opiniões é a principal convergência. Isso é muito salutar.

O Deputado Zé Geraldo apresentou uma série de questões. Deputado, não tenho uma resposta para a questão específica abordada por V.Exa., mas a linha geral que adotaremos é a seguinte: verificamos, entre os projetos em execução neste ano, aqueles com condição de receber mais recursos para, no prazo imediato, serem executados com mais celeridade. E eles deverão receber recursos agora, mas perderão no ano que vem, pois os recursos serão remanejados para aqueles que estiverem mais atrasados. Vamos fazer esse remanejamento, mas vou olhar especificamente as questões de que V.Exa. falou.

Os recursos para habitação e saneamento, esgotadas as rodadas de negociação feitas com Estados e municípios, estão sendo disponibilizados e liberados à medida que os contratos são firmados com a Caixa Econômica Federal. Portanto, estão ganhando celeridade.

O Deputado Gilmar Machado também falou sobre remanejamento.

Agradeço ao Deputado Ricardo Barros as palavras. Realmente, estando de fora, percebo ter havido grande evolução com a aprovação da Resolução nº 1, pela qual S.Exa. batalhou durante vários anos aqui.

Gostaria de me dirigir aos Deputados Rafael Guerra e Darcísio Perondi, que falaram sobre questões da Saúde.





## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De fato, Deputado Rafael Guerra, nossa avaliação também é a de que podemos estar na reta final para resolver a regulamentação da Emenda nº 29. É interesse do Governo. Evidentemente, tínhamos uma posição mais prudente, até porque...

**O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*... uma posição radical.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Radical, não, Deputado Humberto Souto. Isso foi em outros tempos. *(Risos.)*

Convivi muito com o Deputado Humberto Souto aqui, antes de ele se tornar Ministro do Tribunal de Contas da União. E ainda não tinha tido o prazer de reencontrá-lo.

Veja bem, Deputado Rafael Guerra, nossa posição era de mais prudência, porque dependia da aprovação da CPMF na Câmara dos Deputados e de como a matéria tramitará o Orçamento. A CPMF já foi aprovada na Câmara, e acreditamos que, a partir da visita ao Presidente José Alencar — o Senador José Maranhão esteve lá ontem —, abrimos um espaço enorme para o diálogo no Senado. Temos condições de avançar nos próximos dias na regulamentação dos recursos da Saúde. Estamos de acordo com relação aos princípios. Acrescentaria que precisamos resolver a questão dos recursos, mas temos de nos preocupar constantemente com a gestão, conforme disse o Deputado Hugo Leal.

Deputado Darcísio Perondi, considero o que vem acontecendo com a dengue muito mais ligado à gestão do que a recursos. Até diria tratar-se de questão cultural e que há necessidade de fazermos uma grande mobilização nacional. Em conversa com o Ministro José Temporão por esses dias, tive notícia de que foram encontrados focos do mosquito em bairros importantes como o do Morumbi, em São Paulo, algo que era absolutamente impensável, mas aconteceu, porque não conseguimos fazer uma mobilização nacional e estamos nos vendo diante de uma epidemia. Temos de resolver isso.

O Deputado Rafael Guerra mencionou a mudança na metodologia do PIB. Para este ano, estamos resolvendo a diferença. Quanto aos anos anteriores, parece-me mais prudente fazermos uma só negociação. Se não, vamos ter de fazer uma negociação, fechar os valores e depois fazer outro debate.

Precisamos discutir o que vamos colocar para a Saúde no âmbito dessa regulamentação.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Mas já deixamos as cartas na mesa.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Claro, V.Exa. está colocando mais essa carta, e vamos discutir isso.

Perguntou o Deputado Hugo Leal, ainda sobre a Saúde, quanto ficaria se regulamentado. Se for pelo projeto que está tramitando aqui, o original, acredito que teríamos de pôr mais 15 bilhões.

Com toda sinceridade, nossa preocupação deve-se ao fato de que não teríamos condições de colocar esses 15 milhões, pelo menos de uma vez. Teríamos de fazer um trabalho para regulamentar a questão, de modo a que fizéssemos um acréscimo gradativo dos recursos. E temos de falar com franqueza sobre a nossa posição para não deixar um mal-entendido.

Com relação ao orçamento impositivo, Deputado Hugo Leal, sempre fui favorável. Acho que temos de evoluir para isso. Se V.Exa. olhar os números que mostramos nos quadros, vai ver que o que tem de discricionário significa 9,6% das despesas. Entretanto, no bojo dessas despesas discricionais, estão Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, que já têm regras restritivas ao contingenciamento. Na verdade, elas se tornam praticamente despesas obrigatórias. Não há como contingenciar no que diz respeito à Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia.

Então, o volume de recurso de fato discricionário é muito menor do que esses 9,6%. E temos pouca margem para fazer mudanças. A tendência, portanto, é a de evoluirmos para o orçamento impositivo.

Claro que isso vai exigir uma perícia maior, tanto do Executivo quanto do Legislativo, na hora de prever a receita e de fixar despesa, saber como vamos fechar o Orçamento, mas isso, com a tecnologia que temos hoje, as estimativas que o Congresso tem feito tem sido diferente do que acontece depois por pequena margem, mesmo as do Executivo são previsões feitas com muita precisão.

Temos condições de evoluir para esse tipo de orçamento. Agora, evidentemente, estamos falando de orçamento impositivo para União, Estados e municípios. Acho que ninguém está pensando em fazer um orçamento impositivo apenas para o Governo Federal e por meio de projeto de lei. E tem de ser uma mudança constitucional, talvez também com uma transição de 3, 4 anos, uma data, alguma coisa, para fazer a implantação. Mas sou simpático, sou favorável a essa tese.

Sr. Presidente, de maneira geral, é isso. Com certeza, na questão da Saúde, vamos nos encontrar nos próximos dias e vamos aprofundar esse debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Quero, ao encerramento desta reunião, agradecer ao Ministro Paulo Bernardo e a seus auxiliares técnicos, que têm à frente o Secretário João Bernardo Bringel, a presença, e agradecer aos Parlamentares por mais essa etapa que a Comissão de Orçamento cumpre dentro do prazo estabelecido na Constituição e no Regimento.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Lembro aos companheiro que, em seguida, vamos dar continuar à reunião que foi suspensa ontem mediante o compromisso de continuarmos hoje, pelo que encareço a permanência de todos os companheiros presentes.  
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.